## INVASAOBA ESPRUTURAL

RORIZ VAI VETAR A LEI QUE CRIA A VILA OPERÁRIA E PROMETE MORADIAS POPULARES **AOS INVASORES** 

Samanta Sallum Da equipe do Correio

eviravolta no destino das 2 mil famílias que ocupam a polêmi-ca invasão da Estrutural. Depois de terem conquistado, há menos de um mês, o direito de permanecer no local - graças a aprovação de uma lei na Câmara Legislativa — o governador Joaquim Roriz traçou uma novo rumo para um dos grandes problemas de seu governo. Ele decidiu vetar a lei, de autoria do deputado José Edmar (PMDB), que cria a Vila Operária na invasão.

Se fosse colocada em vigor, a lei permitiria a regularização do que é hoje a maior invasão de terra pública do Distrito Federal. Mas o governo está convencido de que a área - localizada entre a via Estrutural, o Parque Nacional de Brasília e a Estrada Parque Ceilândia - é inadequada para moradia.

Depois de muita discussão com assessores e também com os parlamentares de sua base de apoio, Roriz bateu o martelo e decretou o fim da invasão. Ninguém vai morar na área. Ela será utilizada para atividades econômicas ligadas a indústria e comércio como já estava previsto em lei. A invasão ocupa hoje parte do terreno que é destinado ao Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA).

Mas o fato de vetar a lei que regularizaria a invasão não significa que o governo vai comprar briga com os moradores. O GDF já tem a solução para resolver o problema de moradia dos invasores — alguns residem na área há mais de cinco anos. Vai oferecer não somente lotes, mas casas populares a todos que se encaixem nos critérios da Secretaria de Habitação.

"Essas pessoas vão ter casa para morar. Casa de verdade, com água, luz e num local urbanizado", garante Roriz. Isso será possível graças a uma parceria com o governo federal. O GDF espera receber cerca de R\$ 150 milhões da Caixa Econômica Federal para iniciar o programa de moradia popular, que tem a meta de beneficiar 15 mil famílias de baixa renda. O dinheiro está vindo do plano de in-



Moradores da Invasão da Estrutural jogavam baralho ontem à tarde, ainda cheios de esperança de que o lugar fosse regularizado. Com o veto, eles terão de esperar novas definições do governo

vestimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), anunciado ontem pela Presidência

Roriz garante que vai coordenar o processo de transferência pessoalmente e que tudo vai ser feito de forma pacífica. "Em hipótese alguma haverá violência. Eu mesmo vou até a Estrutural para dizer o que vai ser feito. Estive lá na campanha, tive 99% dos votos, e agora vou voltar como governador e mostrar que não vou desamparar ninguém."

Já estão sendo definidas as áreas para as novas moradias populares. A novidade é que não serão construídas casas, mas sim pequenos prédios de apartamentos. "É uma nova modalidade de moradia popular. Vamos dar mais dignidade a esbarracos e em condições impróprias na Estrutural", reforça o senaor Luiz Estevão (PMDB).

O governo garante que serão bem localizados e aponta como exemplo região central de Samambaia. Também está em estudo a possibilidade de transferir as famílias para uma área mais próxima da invasão.

O setor empresarial, que já estava sas pessoas que hoje moram em até conformado em perder espaço do ter sido um projeto de autoria do líder

SCIA para a Vila Operária, aplaudiu o veto à lei que fixaria a invasão. "Foi a medida mais acertada. Dessa forma, o governo reforça sua disposição em incentivar a ampliação do setor produtivo no Distrito Federal", destacouo presidente da Federação das Indústrias do DF, Lourival Dantas.

A oposição também foi pega de surpresa com a decisão do veto. Por

do governo na Câmara, deputado José Edmar (PMDB), era esperada a sanção da lei. Os petistas apontaram contradição na medida do governador. "Roriz fez campanha na Estrutural e iludiu aquelas pessoas, levandoas acreditar que a invasão seria regularizada. O que ele está fazendo agora é mais um calote eleitoral", disparou a deputada Maria José Maninha (PT), que não participou da aprovação a lei.